

DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI PARA ANALISAR OS ASPECTOS DA DEPENDÊNCIA NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Possible dialogues between Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini to analyze aspects of dependency in contemporary Brazilian reality

Posibles diálogos entre Fernando Henrique Cardoso y Ruy Mauro Marini para analizar aspectos de la dependencia en la realidad brasileña contemporánea.

José Wilson Assis Neves Júnior

Doutor em Ciências Sociais

Gestor de Pesquisa e Internacionalização

Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Bauru/SP, Brasil

nevesjr1991@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0692-0740> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo objetivou analisar as dimensões que a dependência política e econômica assume na realidade brasileira contemporânea, tendo por base o estabelecimento do diálogo entre as contribuições de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa está alinhada com a proposta internacional de abordar as correntes latino-americanas da dependência a partir da consolidação de um programa de pesquisa, em sentido *lakatosiano*, que permita reconhecer as aparentes divergências como elementos em interação que viabilizam a defesa de uma hipótese comum. Com especial destaque para a problemática do Estado no capitalismo periférico, buscou-se compreender como a adoção da perspectiva do desenvolvimento associado, em conciliação com a vocação à diplomacia para o multilateralismo, permitiram ao Brasil consolidar-se enquanto uma *potência média*, rompendo consideravelmente com a sua dependência política, mas, mantendo laços significativos de dependência econômica em relação às potências industriais.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político Brasileiro; Teorias da Dependência; Economia Política Internacional; Capitalismo Periférico.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the dimension that political and economic dependency assumes in contemporary Brazilian reality, based in the dialogues between the contributions of Ruy Mauro Marini and Fernando Henrique Cardoso. The investigation is aligned with the international proposal to approach the Latin-America dependency currents through a research programme perspective, in the *lakatosian* sense, that allows the recognition of apparently dissents as a key element for the defense of a common hypothesis. Particularly highlighting the problem of the State in peripheral capitalism this paper sought to understand how the associated-development perspective adopted by Brazil, in conciliation with its

diplomatic vocation for multilateralism, allowed the country to become a middle power, considerably overcoming its political dependency, although still maintaining significant ties of economic dependency with the industrial powers.

KEYWORDS: Brazilian Political Thought; Dependency Theories; International Political Economy; Peripheral Capitalism.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar las dimensiones que la dependencia política y económica asume en la realidad brasileña contemporánea, tomando como base el establecimiento de un diálogo entre las contribuciones de Ruy Mauro Marini y Fernando Henrique Cardoso. La investigación se alinea con la propuesta internacional de abordar las corrientes latinoamericanas de la teoría de la dependencia a partir de la consolidación de un programa de investigación, en sentido lakatosiano, que permita reconocer las aparentes divergencias como elementos en interacción que hacen posible la defensa de una hipótesis común. Con especial énfasis en la problemática del Estado en el capitalismo periférico, se buscó comprender cómo la adopción de la perspectiva del desarrollo asociado, en conciliación con la vocación diplomática hacia el multilateralismo, permitió a Brasil consolidarse como una potencia media, rompiendo en gran medida con su dependencia política, aunque manteniendo importantes vínculos de dependencia económica con las potencias industriales.

PALABRAS CLAVE: Pensamiento Político Brasileño; Teorías de la Dependencia; Economía Política Internacional; Capitalismo Periférico.

1 INTRODUÇÃO

As correntes latino-americanas que propuseram teorizar a dependência tomaram forma na década de 1960, atingindo grande repercussão internacional durante a década de 1970. De forma genérica (sem deixar de considerar as múltiplas peculiaridades e distinções entre correntes e teóricos da temática), as problematizações acerca da dependência latino-americana partiam do pressuposto da existência de limites impostos aos projetos de desenvolvimento dos países periféricos, decorrentes das configurações internacionais do capitalismo (Giorgini e Iumatti, 2025).

Analizando as principais contribuições clássicas latino-americanas para este debate, Bresser-Pereira (2010) propõe a classificação de três vertentes teóricas da dependência: a nacional-desenvolvimentista, vinculada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), representada por intelectuais do estruturalismo econômico latino-americano como Raul Prebisch, Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, dentre outros; a marxista ortodoxa, proposta por intelectuais provenientes da Universidade de Brasília (UNB), com destaque para Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos; e a corrente da Escola de Sociologia de São Paulo que, originando-se na Universidade de São Paulo (USP) teria alcançado a hegemonia teórica a partir das contribuições advindas da parceria entre Fernando Henrique Cardoso e o sociólogo chileno Enzo Faletto.

Apesar do vertiginoso declínio que o debate acadêmico sobre a dependência vislumbrou na América Latina, durante a década de 1980, é pertinente reconhecer que a discussão e a demanda pelas contribuições dos teóricos latino-americanos da dependência permaneceram ativas no âmbito das discussões internacionais, particularmente estadunidenses (Packenham, 1998; Stallings, 2020). As reflexões contemporâneas sobre a temática problematizam, contudo, as formas como, no âmbito do Norte Global, as contribuições sobre a dependência foram incorporadas de maneira imprecisa e problemática pelo debate sobre o capitalismo internacional.¹ Com apropriações

¹ Giorgini (2025) elenca como uma das principais causas da distorcida interpretação estrangeira sobre as contribuições da dependência, a distância entre a publicação em inglês de duas obras em particular: “Capitalism and Underdevelopment in Latin America” de Andre Gunder Frank (originalmente publicada em inglês, no ano de 1967); e “Dependência e desenvolvimento na América Latina” de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (cuja publicação em inglês ocorreu apenas em 1979, uma década após a publicação do original em espanhol). Reforçando que o grande protagonismo internacional que as contribuições de Frank assumiram, em comparação às de Cardoso e outros teóricos latino-americanos, “constitui um paradoxo se

fragmentadas das três vertentes, de forma a não dissociar suas evidentes divergências teóricas, as interpretações da dependência nos EUA e Europa, durante a década de 1970, apresentaram tendência ao seguinte processo de fundamentação:

Os trabalhos mais gerais e formais de Gunder Frank são tomados como se fossem seus melhores, a definição formal de dependência fornecida por Theotônio dos Santos é acrescentada, a problemática do “subimperialismo” e da “marginalidade” é por vezes incluída, ou outro de meus trabalhos [Fernando Henrique Cardoso] ou de Sunkel é referenciado em nota de rodapé e o resultado é uma “teoria da dependência” – um espantalho fácil de destruir (Cardoso, 1977, p. 14-15 – nossa tradução).

O reconhecimento do caráter problemático deste processo de incorporação das contribuições teóricas *dependentistas* no Norte Global é um dos fundamentos que orienta o desenvolvimento das investigações conduzidas pelo que vem sendo classificado como nova geração de pesquisadores da dependência, que propõe a consolidação de um programa de pesquisa da dependência em perspectiva *lakatosiana* (Oliveira e Kvagraven, 2023; Kvagraven, 2021; Madariaga e Palestini, 2021). Segundo Lakatos (1999), a partir da consolidação de uma hipótese geral e fundamental compartilhada, cercada por um cinturão de hipóteses secundárias, a metodologia do programa de pesquisa científica viabiliza um contínuo progresso dos campos de investigação científica, independentemente das inerentes refutações de hipóteses complementares do cinturão no decorrer do processo.²

Sugerindo as diretrizes necessárias à consolidação deste programa de pesquisa da dependência, Kvagraven (2021, p. 81) considera como hipótese geral a apreensão da dependência como um fenômeno complexo e típico da tendência polarizante do sistema internacional de produção capitalista, propondo, ainda, quatro características teórico-metodológicas essenciais para a consolidação deste programa: 1) uma abordagem global histórica; 2) a teorização econômica a partir das tendências polarizantes do desenvolvimento capitalista; 3) ênfase nas estruturas de produção; 4) problematização das restrições decorrentes da situação periférica no sistema econômico internacional.

considerarmos a relação problemática que Frank teve, desde o começo, com a ideia de dependência” (Giorgini, 2025, p. 15).

² Neste prisma analítico, o conhecimento científico é apreendido como um projeto complexo, passível de articulação de hipóteses complementares que, apesar de se oporem em determinados aspectos, contribuem para a convalidação de uma hipótese nuclear comum que viabiliza o alcance dos objetivos de um campo de produção do conhecimento.

Alinhada com esta proposta, a presente pesquisa retoma as contribuições das vertentes marxistas da dependência (ortodoxa e uspiana) buscando construir uma reflexão que parte dos seguintes questionamentos: quais elementos da realidade brasileira contemporânea expressam a continuidade dos elos de dependência em aparentes descontinuidades do fenômeno? E quais componentes do horizonte conceitual mobilizado por teóricos clássicos da dependência subsidia a compreensão das especificidades que a problemática assume no âmbito do capitalismo internacional da atualidade?

Parte-se da hipótese de que, na contemporaneidade, o Brasil conquistou significativos avanços no âmbito da autonomia política – reflexo de seu protagonismo diplomático nas relações internacionais multilaterais – sem deixar de apresentar uma contínua dificuldade de emancipar-se da situação de dependência econômica das grandes potências mundiais, particularmente em relação aos Estados Unidos da América (EUA) e a China. Neste prisma, defende-se a relevância de uma abordagem dialógica entre os princípios do desenvolvimento dependente-associado (Cardoso e Faletto, 2010) e as contribuições de Marini (2000; 2017) acerca das dinâmicas históricas de estruturação do sistema de produção nos parâmetros da periferia do capitalismo, como caminho para a compreensão das complexidades que a via de desenvolvimento brasileira assumiu perante as dinâmicas de transformação da ordem globalizada multilateral.

Para tanto, a presente pesquisa conduziu um ensaio interpretativo das produções acadêmicas relativas ao recorte proposto que se fundamenta nos pressupostos teórico-analíticos do materialismo histórico-dialético de matriz *lukácsiana*. A produção do conhecimento e as concepções de mundo são apreendidas enquanto produtos da capacidade humana de prévia ideação que são, ao mesmo tempo, condicionados pela realidade material concreta e potencialmente condicionantes das transformações da vida social – visto sua propensão a fundamentar ou contribuir com determinados projetos de futuro compartilhados por um grupo de classe em uma dada conjuntura histórica (Lukács, 2018a; 2018b).

O exercício de reflexão proposto é, assim, desenvolvido em dois momentos distintos. Primeiramente são apresentados os panoramas das contribuições dos teóricos elencados para representação das duas correntes da dependência (Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso), estabelecendo-se um diálogo tanto entre os dois autores quanto com intérpretes contemporâneos da dependência que recorrem às suas contribuições para a compreensão das dinâmicas do capitalismo na atualidade.

No segundo momento, com enfoque majoritário na realidade brasileira, busca-se explicitar a forma como a ordem multipolar de tomada de decisões conquistada pela intensificação do processo de globalização viabilizou uma significativa atenuação das relações políticas de dependência (garantindo uma ampliação da capacidade de manutenção da soberania nacional para os países que alcançaram a condição de potências médias),³ sem, contudo, implicar em um equivalente decréscimo da dependência econômica em relação às potências capitalistas internacionais.

Reconhecendo os limites decorrentes do recorte estabelecido, frente à complexidade inerente ao horizonte necessário para a discussão teórica da temática, reforça-se que a reflexão aqui proposta objetiva evidenciar a relevância da retomada deste debate frente aos desafios impostos às novas configurações das relações de desigualdade que se estabelecem entre o Norte e o Sul Global no capitalismo contemporâneo.

2 PASSADO E PRESENTE DOS DEBATES MARXISTAS SOBRE A DEPENDÊNCIA

Logo de início, é pertinente explicitar que a pretensão desta proposta não é a de avaliar qual das correntes da teoria da dependência, elencadas para mobilização neste debate, é mais ou menos marxista que a outra, nem mesmo questionar se as contribuições de Cardoso e Faletto (2010) podem ser de fato classificadas como marxistas, ou se estariam mais propensas à classificação weberiana.⁴ Do mesmo modo, não se pretende traçar uma exaustiva análise comparativa entre as duas tradições marxistas das décadas de 1960 e 1970.

Entende-se, claro, que existem expressivas distinções entre as duas propostas de apreensão da dependência a partir do prisma marxista de interpretação da realidade social.

³ Sem deixar de reconhecer o extenso debate acerca da conceituação e classificação de países que podem ser considerados “potências médias” na contemporaneidade, o presente trabalho se limita a indicar a adoção da conceituação de Jordaan (2017), que apreende as potências médias como países de médio porte que contribuem significativamente para a estabilização e manutenção da ordem liberal hegemônica no cenário internacional.

⁴ No que tange à polêmica, o presente trabalho se limita a expressar plena concordância com o alerta de que as contribuições de Cardoso e Faletto (2010) sobre a dependência não podem ser consideradas weberianas, “uma espécie de insulto sem fundamento só feito após mais de 20 anos de debate marxista”, reforçando que “uma vez que Cardoso e Faletto analisam como, ao longo do tempo, o poder político representa e organiza classes e frações de classe (entendidas segundo critérios marxistas vinculados às relações sociais de produção e não à estratificação social de inspiração weberiana), não podem ser confundidos com weberianos” (Bastos, 2025, p. 11).

Reconhecendo os limites cabíveis à problematização aqui proposta, foram elencados como representantes de cada vertente Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, cujas ideias e conceitos são apresentados, sintética e intencionalmente, a partir do recorte de análise proposto (aplicação para a interpretação das configurações internacionais políticas e econômicas do Brasil contemporâneo) – não objetivando, portanto, esgotar a exposição da totalidade de seus pensamentos.⁵

Iniciando a apresentação por Ruy Mauro Marini, indica-se que:

O autor parte da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação. Este sistema cria centros mundiais de acumulação de capital e regiões dependentes em processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar esta polarização. Enquanto os centros tendem, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho (Martins, 2013, p. 16-17).

Suas contribuições, deste modo, problematizam as formas de superexploração da força de trabalho características dos países latino-americanos, cujas estruturas de produção capitalista se edificaram a partir do pressuposto de um processo de dupla exploração da classe operária, de forma que a extração da mais-valia se torne suficiente para o atendimento dos interesses de uma burguesia local que se mantém submissa ao capital imperialista externo. Assim, em seu processo de consolidação histórico, “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (Marini, 2017, p. 340).

Outro importante ponto problematizado consiste na intensificação do processo de integração da produção capitalista internacional – de desnacionalização do processo produtivo – a partir da segunda metade do século XX. Sob a liderança dos EUA, “a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje, de maneira mais evidente, na intensificação da exportação de capitais e na dependência tecnológica dos países mais hábeis” (Marini, 2000, p. 15).

⁵ A pesquisa não deixa de enfatizar a necessidade de posteriores integrações de outras representações de cada corrente, com ênfase à pretensão de estabelecimentos de diálogos entre as contribuições de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Florestan Fernandes e Francisco Weffort.

A apreensão deste processo consolida um ponto nevrálgico da reflexão aqui proposta, dada a percepção dos elementos fundantes da divisão internacional do processo produtivo na gênese da etapa de consolidação da globalização capitalista. Inclusive, cabe a Marini (2000) a percepção da forma como esta nova dinâmica de produção internacional foi erroneamente vislumbrada, por distintos setores conservadores dos países periféricos, como elemento estruturante de uma suposta relação de interdependência entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nestas complexas configurações da divisão internacional da produção, Marini apresenta o subimperialismo como o único caminho viável para a conquista do desenvolvimento nos países periféricos, uma possibilidade que, contudo, não romperia os laços de dependência com a economia estadunidense (Bastos, 2025). Apesar de reconhecer três países latino-americanos (Brasil, Argentina e México) como detentores do potencial de desenvolvimento de projetos subimperialistas na região durante a década de 1970, Marini reconhece que apenas o caso brasileiro era passível de efetiva implementação nas condições conjunturais da época (Martins, 2013).

Assim, em meio às configurações de integração do complexo capitalista internacional da década de 1960, setores conservadores do Brasil passaram a adotar uma política de alinhamento com o projeto imperialista de Washington. A estratégia era apreendida como mecanismo potencializador da conquista de um subimperialismo brasileiro na América Latina e se fundamentava na mencionada falsa pressuposição da consolidação da interdependência em relação à economia estadunidense (Marini, 2000).

Para Marini (2017), o subdesenvolvimento constituiria o limite do desenvolvimento de países na periferia do capitalismo, particularmente no âmbito das realidades latino-americanas. Deste modo, a superação da condição subalterna somente se tornaria possível por intermédio do “exercício de uma política operária de luta pelo socialismo” (Marini, 2000, p. 33) que emancipasse o Brasil das limitações inerentes às relações de dominação imperialista vigentes no complexo capitalista internacional.

As críticas tecidas em relação às contribuições de Marini decorrem de sua exacerbação ao determinismo estrutural nas relações entre o centro e a periferia do capitalismo, que direcionam à concepção imprecisa da superexploração da força de trabalho como fundamento da relação de dependência (Dussel, 2012). Ademais, é forçoso reconhecer que esta rigidez analítica nas dimensões econômicas direciona a análise de Marini à incapacidade de apreensão das dinâmicas que caracterizam a vida política local, materializadas pelas relações de classe que influem no direcionamento das tomadas de

decisões estatais viabilizando articulações internas e externas que, nos casos da Coréia do Sul e de Taiwan, viabilizaram inclusive a superação da situação do subdesenvolvimento (Souza, 2021).

No que tange a esta problemática, analisando o caso do desenvolvimento capitalista da Coréia do Sul, Peter Evans (1994) problematiza as formas como o protagonismo de Estado e as alianças estabelecidas com o capital japonês, a quem interessava o desenvolvimento tecnológico e industrial coreano, diferentemente de contradizer o princípio da dependência, reforça as contribuições de Cardoso e Faletto (2010) acerca das possibilidades de um desenvolvimento dependente-associado propulsado pelo Estado. Destacando-se, assim, que para esta vertente interpretativa da dependência, durante o processo de formação histórica de países periféricos:

De algum modo, o Estado passou a ser, na fase de desenvolvimento dependente-associado, o elemento estratégico que funciona como uma dobradiça, para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializam (Cardoso e Faletto, 2010, p. 210).

Proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2010), a vertente da dependência-associada traz contribuições mais voltadas à compreensão das dinâmicas políticas e das relações sociais que permeiam o direcionamento das interações entre países periféricos e centrais nos parâmetros do capitalismo internacional, consequentemente:

[...] consideram que há maior contingência e diversidade nas trajetórias dos casos nacionais de dependência. Isso não significa que os autores partilhem do nacionalismo metodológico, ou seja, que analisem cada caso nacional de dependência sem considerar o sistema mundial e sem investigar as articulações entre os casos. Pelo contrário, a autonomia plena estará fora de questão enquanto houver dependência, ou seja, enquanto o país subdesenvolvido estiver integrado em posição subordinada na estrutura global do sistema. Contudo, as formas de inserção dos diversos países não são as mesmas, sendo, portanto, importante diferenciar e comparar os casos segundo critérios claros. Isso significa que a dependência não necessariamente impossibilita o desenvolvimento capitalista, mas pode até trazer crescimento e diversificação econômica, como era esperado, aliás, pela primeira geração de autores marxistas do imperialismo, mas nem sempre por Marx (Bastos, 2025, p. 11).

Neste sentido, é pertinente destacar que, para a concepção da teoria da dependência-associada, proposta por Cardoso e Faletto (2010) “o paradigma mais adequado de desenvolvimento latino-americano no quadro da dependência, seria o par desenvolvimento/dependência” princípio que, apesar de implicar em limitações na

expansão econômica da região, é identificado por esta vertente como “o único possível nas condições conhecidas” (Vigevani e Ramanzini Jr., 2023, p. 78).

A via de desenvolvimento dependente-associado é, portanto, entendida como um projeto de Estado, necessário de implementação nas realidades periféricas marcadas pela presença de uma frágil, ou inexistente, burguesia que, conseqüentemente, impossibilita a consolidação de um parque industrial capacitado à competição capitalista em nível internacional.

Ademais, Cardoso e Faletto (2010) não deixam de ressaltar que a efetiva transformação da realidade periférica demanda a implementação de projeto de Estado pautado na articulação do desenvolvimento econômico acompanhado de um significativo desenvolvimento social. Os movimentos sociais e articulações populares são, deste modo, entendidos pelos autores como força motriz da transformação social, visto potencializarem a capacidade da sociedade politicamente organizada influir no direcionamento das decisões oficiais do Estado.

Neste ponto torna-se explícita uma das principais divergências teóricas das duas frentes de interpretação da dependência mobilizadas neste ensaio. Enquanto Marini presume a impossibilidade de uma mudança qualitativa das condições de vida da população subalterna, nos parâmetros do capitalismo periférico, Cardoso defende a possibilidade de que estas transformações podem ocorrer paulatinamente, por intermédio da implementação de um projeto estratégico de longo prazo que envolva articulações nacionais e internacionais dentro das regras do próprio jogo capitalista.

As implicações destes posicionamentos para o âmbito da luta de classes se materializam, por um lado, na concepção mais radical imediatista do processo revolucionário socialista como única via de emancipação da classe trabalhadora (Marini, 2000) e, por outro, na percepção reformista de superação das condições subalternas em um processo gradual de conquista democrática de direitos (Cardoso e Faletto, 2010). Enfatizando que nenhuma das duas vertentes deixa de considerar a superação das condições de exploração da classe trabalhadora como o horizonte das transformações sociais pretendidas, apesar de conceber meios distintos para sua obtenção.

Neste prisma, revisitando as contribuições de sua obra original às vésperas do aniversário de cinco décadas da primeira publicação, Cardoso e Faletto (2008) interpretam as transformações ocorridas na transição do século XX ao XXI, reafirmando que “sem o conceito de capital, como o resultado da exploração de uma classe pela outra, não é possível explicar o movimento da sociedade capitalista” da mesma forma que, “sem assumir

(e analisar) as formas de dependência, quando os estudos se referem a países periféricos, não é possível tornar as análises mais concretas” (Cardoso e Faletto, 2008, p. 09-10).

Buscando, ainda, elucidar equívocos decorrentes da errônea aplicação de suas contribuições, os autores afirmam que a teoria da dependência-associada não concebe “a dependência e o imperialismo como os lados externo e interno de uma mesma moeda”, mas, objetivando superar às tendências à simplificação analítica, propõe conceber:

[...] a relação entre forças externas e internas como um todo complexo, cujos elos estruturais não se baseiam em simples formas externas de exploração e coerção, mas estão enraizados em coincidências de interesses das classes dominantes locais e internacionais, e por outro lado são desafiadas por grupos e classes locais dominadas (Cardoso e Faletto, 2008, p. 11-12).

Em outras palavras, a retomada posterior da discussão, frente às transformações das dinâmicas do capitalismo internacional, objetiva reforçar que a percepção da dependência-associada viabiliza a superação da concepção das realidades latino-americanas como vítimas do capitalismo imperialista internacional, atribuindo-lhes capacidade de agência – e a inerente responsabilidade dela decorrente – para a implementação de processos de mudança nas relações políticas e econômicas que se delineiam no complexo de produção capitalista globalizado.

No que tange ao posicionamento crítico em relação aos pressupostos da dependência-associada, de forma sintética, indica-se que “a versão apresentada por Cardoso e Faletto relativiza a determinação externa, enfatizando a possibilidade de uma situação de desenvolvimento dependente-associado como resultado da ação de agentes locais em conexão com forças econômicas externas” (Vigevani e Ramanzini Jr., 2023, p. 75). Refletindo sobre a contemporaneidade do tema da dependência, Theotônio dos Santos (2018) tece as seguintes críticas aos pressupostos de Cardoso: a conciliação entre o desenvolvimento capitalista-associado com os regimes liberais democráticos; e a possibilidade de conquistar a democracia independentemente do rompimento com as relações de dependência do capital hegemônico.

Apesar das evidentes lacunas presentes em ambas as propostas, é pertinente destacar que, em grande medida, suas contribuições ainda apresentam importantes elementos que viabilizam a interpretação da realidade contemporânea. Enfatiza-se, assim, que o objetivo deste trabalho é o de retomar elementos das contribuições da matriz marxista ortodoxa e da vertente uspiana da teoria da dependência que possibilitam a problematização e a interpretação das configurações políticas e econômicas da conjuntura atual. Portanto, alinhando-se com outras iniciativas que vêm sendo desenvolvidas com

pretensões similares (Bastos, 2025; Giorgini, 2025; Kvangraven, 2021; Oliveira e Kvangraven, 2023; Souza, 2021), busca-se evidenciar a vitalidade contemporânea do pensamento latino-americano para a construção de novos horizontes de investigação no campo da Economia Política Internacional.

Dentro desta perspectiva, assumindo um posicionamento crítico em relação ao caráter majoritariamente anglo-saxônico da teoria *mainstream* de Economia Política Internacional (EPI), Oliveria e Kvangraven (2023) defendem a retomada de uma discussão a partir das contribuições latino-americanas da dependência, uma estratégia que permitiria entender as dinâmicas da EPI a partir da perspectiva do Sul Global.⁶ Segundo os autores, o ostracismo imposto às teorias da dependência no final do século XX decorreu, em grande medida, da incapacidade do Norte Global de incorporar as contribuições originais da dependência:

Ignorando o vivo debate entre *dependentistas*, grande parte do engajamento da Economia Política Internacional convencional com a teoria da dependência rapidamente se cristalizou na forma de estereótipo. A dependência foi altamente simplificada como tese bruta de que o crescimento econômico na periferia global era completamente impossível por consequência das restrições internacionais. Brutalmente reduzida a um argumento que nunca foi proposto por nenhum dos autores originais da dependência, e desviando-se de suas percepções sociológicas, políticas e históricas, a dependência pode ser descartada como uma relíquia marxista, supostamente refutada pela própria História (Oliveira e Kvangraven, 2023, p. 1682 – nossa tradução).

Conforme explicitado anteriormente, e em concordância com o posicionamento de Oliveira e Kvangraven (2023), a pressuposição de impossibilidade do crescimento econômico nos parâmetros da periferia do capitalismo não está presente em nenhuma das correntes marxistas mobilizadas para a reflexão apresentada. Em Cardoso e Faletto (2010), inclusive, a proposição do desenvolvimento dependente-associado está diretamente relacionado ao reconhecimento de caminhos viáveis para o significativo avanço das condições materiais de existências nos países periféricos. O crescimento econômico é, assim, apresentado como um horizonte passível de construção a partir de projetos estratégicos estatais de médio e longo prazo.

⁶ Oliveira e Kvangraven (2023) defendem que essa proposta permitiria consolidar um horizonte decolonial de teorização da EPI, apreendendo a relevância de regimes internacionais a partir da problematização das formas de cerceamento das políticas econômicas locais e evidenciando como a interdependência das relações internacionais de produção se constitui enquanto uma configuração permeada por distintas situações de dependência.

Já no caso de Marini (2000; 2017), a problemática não está relacionada com a incapacidade do crescimento econômico, mas, sim, na maneira como as estruturas do capitalismo internacional influenciam um processo de reprodução de uma dupla exploração da classe trabalhadora nos países periféricos. Assim, o crescimento econômico presente nestas realidades é apropriado majoritariamente pelas burguesias internas e externas, gerando níveis profundos de desigualdades sociais, que são necessários à manutenção da lógica imperialista da divisão internacional do trabalho.

Kvangraven (2021) defende que a renovação dos embates sobre a dependência deve ocorrer por intermédio da consolidação de um programa de pesquisas da dependência, cuja hipótese comum seria de que o capitalismo global apresenta tendências à polarização. Em sentido lakatosiano, os programas de pesquisa pautam-se no princípio da integração de investigações científicas que, consolidando-se enquanto um cinturão protetivo de hipóteses auxiliares, contribuam para a defesa de um núcleo duro, ou seja, de uma hipótese comum. Determinada postura analítica implica no reconhecimento de que, apesar do núcleo duro do programa de pesquisa da dependência residir no campo de conhecimento da Economia Política Internacional, sua abordagem, enquanto fenômeno histórico global, perpassa uma rede complexa de investigação multidisciplinar – que necessariamente deve dialogar com as áreas da Ciência Política, Sociologia, História, Direito Internacional, entre outras.

Ademais, reforça-se que este posicionamento permite a compreensão da dependência como um objeto de análise de distintas correntes, superando a limitação da abordagem dos teóricos clássicos da dependência de forma isolada e/ou concorrente. Não se deixa de enfatizar que, em grande medida, a proposta de articular as contribuições de Marini e Cardoso como estratégia para a superação dos problemas teóricos que inviabilizavam a consolidação de um grande projeto latino-americano de estudos da dependência já estava presente na década de 1970. Vânia Bambirra (2013), por exemplo, sugere que esta articulação seria um caminho viável para a superação do hiper estruturalismo de Marini, de um lado, e do politicismo exacerbado de Cardoso, de outro.

Neste sentido, os debates sobre as dimensões da dependência que vêm sendo retomados, em nível internacional, evidenciam “a necessidade de uma nova síntese dos enfoques sobre a dependência que seja capaz de evitar o economicismo [Marini] e o politicismo [Cardoso e Faletto] e combinar a análise de duas ordens de restrição estrutural e de processo histórico de modo sintético e dialético” (Bastos, 2025, p. 14).

A partir deste momento, torna-se pertinente apresentar uma precaução analítica adotada por esta pesquisa: o reconhecimento de que, apesar da relevância contemporânea de abordagem da dependência enquanto um fenômeno intrínseco ao capitalismo internacional, as discussões acadêmicas, da década de 1990 e da atualidade, evidenciam a impossibilidade de sua classificação como uma “teoria da dependência”, principalmente considerando o caráter heterogêneo que as contribuições sobre a temática assumiram, tanto nos originais latino-americanos quanto nas equivocadas interpretações estrangeiras sobre estas obras (Giorgini, 2025).

Conforme problematiza Katz (2020), as análises da realidade internacional contemporânea permitem identificar a permanência das relações de dependência dos países latino-americanos em relação às grandes potências capitalista, constatação que vem reavivando, nas últimas décadas, o debate acadêmico sobre este fenômeno político e econômico. Enfatizando-se que a questão do Estado nos países periféricos apresenta-se como uma das principais preocupações na retomada das investigações contemporâneas do fenômeno da dependência, uma tendência que, em grande medida, decorre do fato de que “a presença modesta do Estado na teoria da dependência limita o entendimento de processos de desenvolvimento capitalista tardios em geral, mas em especial o de casos asiáticos considerados exitosos” da Coréia do Sul, de Taiwan e, recentemente, da China (Souza, 2021, p. 180).

Neste prisma, destacam-se as problematizações acerca das novas configurações do capitalismo internacional que decorrem do crescente retorno à polarização econômica na disputa entre a consolidada liderança estadunidense e a ascensão da China enquanto potência econômica. A relação entre a dependência periférica e a nova disputa bipolar pela hegemonia econômica na América Latina é o tema de discussão de Stallings (2020), que retoma as contribuições das duas vertentes marxistas da dependência, em diálogo com contribuições das perspectivas decoloniais, para problematizar a forma como relações estratégicas estabelecidas entre a China e países latino-americanos têm consolidado uma importante ferramenta para o desenvolvimento da região.

No âmbito desta discussão entre o binômio dependência/desenvolvimento, Vadell (2011) problematiza a forma como as relações que vêm se estabelecendo entre a China e os países sul-americanos. Apesar de reconhecer que suas iniciais configurações expressaram uma rede de interdependência em prol do desenvolvimento articulado, o autor enfatiza a tendência desta relação favorecer a consolidação de um processo de

“especialização da produção de tipo centro-periferia” similar ao que se vislumbra nas redes Norte-Sul.

Assumindo novas roupagens na realidade contemporânea, as relações de dependência evidenciam elementos de continuidade, na aparente descontinuidade, da lógica de desenvolvimento do capitalismo internacional. Por um lado, é possível vislumbrar casos de sucesso do desenvolvimento dependente-associado, como Coréia do Sul e Taiwan, que reforçam a vitalidade das proposições de Cardoso e Faletto (2010), mas, que não representam parcelas significativas da realidade periférica contemporânea. Assim, em outro prisma, é possível ainda argumentar em favor do posicionamento de Marini (2000; 2017) de que, para uma parcela majoritária dos países que compõem a periferia do capitalismo, o limite do desenvolvimento seria o subdesenvolvimento.

Dentro desta problemática, indica-se que o caso brasileiro é apreendido como exemplo conjuntural da coexistência de elementos estruturais que permitem a interlocução entre estas duas perspectivas. Apesar de ter se consolidado como liderança política e econômica sul-americana, e ter conquistado significativos avanços no âmbito do desenvolvimento social, o Brasil permanece amplamente dependente das grandes potências capitalistas, particularmente em relação à produção de tecnologias, ao mesmo tempo que ainda vislumbra um desigual processo de desenvolvimento econômico e social em suas distintas regiões. Neste sentido, torna-se pertinente direcionar a reflexão proposta para interpretação dos elementos da realidade brasileira contemporânea a partir da contraposição, em prol do consenso, entre as ideias apresentadas pelas duas vertentes marxistas clássicas da dependência.

3 (DES)CONTINUIDADES DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Considera-se que a compreensão da inserção do Brasil nesta dinâmica das relações de dependência é essencial para a análise das dimensões que o fenômeno assume, atualmente, no âmbito da América do Sul. Determinado pressuposto decorre do reconhecimento dos dois processos fundamentais das transformações histórico-estruturais que possibilitaram a ascensão do Brasil como potência média:⁷ a opção histórica pela

⁷ Apesar da amplitude territorial que, teoricamente, favoreceria uma potencial ascensão do Brasil à classificação de potência em seu sentido tradicional, é pertinente reconhecer que as estruturas internas e, por conseguinte, seu comportamento no âmbito das relações internacionais, ainda exprime aspectos

adoção de uma via de desenvolvimento associado, que viabilizou sua consolidação enquanto uma das maiores economias do mundo e a maior economia sul-americana; o desenvolvimento e implementação de uma política externa estratégica que garantiu ao Brasil a conquista de uma considerável capacidade de influência em tomadas de decisão e articulações internacionais no âmbito da ordem multipolar.⁸

Predominantemente econômico, o primeiro elemento elencado está diretamente relacionado com as contribuições de Cardoso e Faletto (2010) acerca das potencialidades de desenvolvimento capitalista no âmbito dos países periféricos. Contudo, a compreensão da dimensão histórica que esta opção assumiu no direcionamento das articulações do Estado brasileiro com o complexo capitalista internacional está presente, de forma indireta e sem pretensão de fazê-lo, nas contribuições de Ruy Mauro Marini sobre as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, em perspectiva histórica.

É nas contribuições de Marini (2017), por exemplo, que se problematiza o processo de inclusão do Brasil na economia internacional, durante o século XVI, como componente colonial de um capitalismo comercial em expansão. Sob a hegemonia das potências europeias, com destaque para a Inglaterra, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, edificou suas estruturas de produção e dominação a partir dos princípios de atendimento dos interesses políticos e econômicos externos. Este processo, contudo, não deixou de atender os interesses particulares das elites internas do país, que influenciam diretamente as tomadas de posição oficiais do Estado.

Também em Marini (2000) estão dispostas as denúncias da forma como, a partir do Golpe militar de 1964, o Brasil passou a adotar de forma mais explícita e subordinada uma política econômica de desenvolvimento diretamente vinculada aos interesses dos Estados Unidos da América (EUA), tendo como pressuposto uma estratégia de consolidação do subimperialismo⁹ brasileiro no âmbito da América Latina. No que tange a esta problemática,

majoritariamente característicos das potências médias emergentes, tais como: África do Sul, México, Indonésia, Egito, entre outras (Jordann, 2017).

⁸ É pertinente enfatizar que os pressupostos aqui apresentados servem meramente de justificativa para a opção do Brasil como primeiro país sul-americano a ser abordado pela presente proposta. Não implicando na concepção equivocada de que a apreensão das dimensões da dependência no Cone Sul seria possível sem a devida análise das especificidades dos demais países que compõem o complexo regional de produção capitalista, relativamente integrado em decorrência dos significativos avanços na consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

⁹ Na concepção teórica da dependência marxista ortodoxa, enquanto o imperialismo constitui a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo configuraria uma nova fase de desenvolvimento nos parâmetros do subdesenvolvimento – caracterizando-se pela ascensão do país periférico na hierarquia do capitalismo internacional. Sendo necessário destacar que “quando uma ou mais economias dependentes ascendem a novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é para assumirem novo caráter da dependência e para se

é pertinente ressaltar que, apesar de haver conquistado um significativo papel de liderança no Cone Sul, entende-se que o Brasil não exerce, de fato, um subimperialismo na região.

A apreensão das dimensões que essa liderança brasileira assume na região sul-americana demanda uma breve problematização de processos que permeiam a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Criado no ano de 1991, o Mercosul insere-se em uma perspectiva de integração regional, promotora da superação do protecionismo nacionalista que, adequada às novas dinâmicas e tendências do capitalismo globalizado, objetiva a “abertura dos mercados com vistas a aumentar a inserção internacional” (Onuki, 2023, p. 108).

Em decorrência dos dois elementos processuais previamente elencados neste tópico – conquista de posição entre as maiores economias do mundo e forte capacidade de influência nas relações multilaterais – o Brasil exerce um papel chave na integração regional sul-americana. Apesar disto, limitações decorrentes de sua economia, majoritariamente voltada aos produtos primários, e do papel desempenhado por suas elites políticas no direcionamento das decisões oficiais do Estado em relação ao Mercosul inviabilizam a consolidação do país como *paymaster* do bloco regional (Vigevani e Ramanzini Jr., 2023).¹⁰

Desta forma, interpretadas em diálogo com o princípio de reconhecimento das tomadas de decisões estatais como resultado do embate entre grupos de classe – que, de forma organizada, ocupam ou pressionam o Estado para o atendimento de seus interesses em curto e médio prazo (Cardoso e Faletto, 2010) – as contribuições de Marini (2017; 2000) possibilitam a problematização da forma como as elites brasileiras, tradicionalmente, apresentam tendências à articulação em prol da implementação de projetos de desenvolvimento associado, privilegiando as parcerias estabelecidas com a potência capitalista conjunturalmente hegemônica.

Assim, o projeto brasileiro de desenvolvimento associado às potências europeias (particularmente à Inglaterra) foi gradualmente reformulado a partir da consolidação dos EUA como potência hegemônica na segunda metade do século XX e, atualmente, demonstra uma tendência pendular¹¹ às articulações em favorecimento dos EUA ou da

converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias – mas sem elevar o nível geral de vida da sua classe trabalhadora” (Luce, 2013, p. 132).

¹⁰ Reforçando que “o papel de *paymaster* não se relaciona apenas com economia, mas também tem a ver com outros parâmetros como a delegação de algumas funções para instituições comunitárias, o que significa aceitar e confiar na integração regional, considerando-a parte da própria política interna” (Vigevani e Ramanzini Jr., 2023, p. 111).

¹¹ Sugerida para adoção das relações estabelecidas pelo Brasil com EUA e China, a “estratégia pendular é o mecanismo de ação de *hedging* (cobertura) e política externa, ou seja, uma estratégia de seguro que busca

China, de acordo com os interesses contextuais de curto prazo. No que tange à dimensão que estas configurações assumem na relação Brasil e China, é pertinente considerar que:

[...] o padrão de relações econômicas sino-brasileiras se modificou bastante ao longo dos anos, ganhando complexidade. As relações iniciadas formalmente em 1974 com o reconhecimento diplomático entre países, ganharam importância, em um primeiro momento, no que concerne à balança comercial entre os países no período de construção da parceria estratégica. Já no período posterior, em que as relações sino-brasileiras são consideradas maduras, o comércio entre os dois países surge como a principal rubrica da balança comercial brasileira, tornando-se a China o principal parceiro comercial do Brasil a partir de 2009. Ainda no campo comercial, observa-se que a consolidação da parceria entre China e Brasil se desenvolveu de modo a reproduzir o padrão norte-sul de comércio, em que o país desenvolvido exporta bens manufaturados enquanto o subdesenvolvido bens primários [...] Desde os anos 2000, o comércio entre os países foi caracterizado por forte assimetria, segundo a qual a China exporta majoritariamente bens manufaturados, com crescente participação de produtos intensivos de tecnologia, ao passo que a pauta de exportação brasileira se especializou em produtos primários, principalmente soja, petróleo e minério de ferro (Iasco-Pereira e Libânio, 2023, p. 22-23).

Dentro desta perspectiva, torna-se pertinente reforçar que a tendência histórica do Estado brasileiro à adoção de uma estratégia de desenvolvimento associado, apesar de haver possibilitado a conquista de sua posição como uma das maiores economias do mundo, demonstra uma relativa incapacidade de emancipação da situação de dependência econômica do país em relação às potências industriais – particularmente considerando a contínua dificuldade de consolidação de uma indústria interna que viabilizasse a conquista de uma maior autonomia de produção tecnológica para o país. Por outro lado, no âmbito do fortalecimento da autonomia política internacional, é necessário reconhecer que os projetos de desenvolvimento associado permitiram significativos avanços na posição ocupada pelo Brasil na ordem multipolar.

Assim, no que tange ao segundo elemento proposto para discussão neste tópico (prestígio diplomático brasileiro nas relações multilaterais), indica-se que, apesar de seu caráter predominantemente político, sua complexidade configuracional somente torna-se passível de apreensão mediante o reconhecimento da relação intrínseca que estabelece com as estruturas de produção historicamente edificadas. Especialmente na influência exercida pelo desenvolvimento associado no favorecimento ao estabelecimento de relações diplomáticas sólidas entre o Brasil e as potências industriais. Em outras palavras, o espaço político ocupado pelo Brasil nas relações internacionais multipolares está

proteger o país contra eventuais crises sistêmicas geradas pela bipolarização” (Kalout e Guimarães, 2022, p. 20).

significativamente condicionado pelo papel desempenhado por sua economia no complexo de produção capitalista globalizado.

Neste sentido, destaca-se que a opção pelo desenvolvimento associado, conforme proposto por Cardoso e Faletto (2010), de fato viabilizou a consolidação do Brasil enquanto uma potência média sul-americana com significativo poder de influência na dinâmica de tomada de decisões em uma ordem multipolar capitalista. Por outro lado, este avanço qualitativo de ampliação da autonomia política do Estado brasileiro, não implicou o rompimento com a situação da dependência e, por conseguinte, permanece sujeito às determinações externas das relações de produção capitalista internacionais – de modo similar ao previsto por Marini (2017; 2000).

Dentro desta problemática, é pertinente reconhecer a recente tendência à instabilidade na ordem multipolar liberal que começou a tomar forma com o primeiro governo de Donald Trump (2017-2021), cuja administração “em vez de ser enfrentada com a abertura de novos horizontes de concertação sul-americana abrangente, num contexto de crescente polarização política, acabou contribuindo para aprofundar as crises em quase todos os países da região” (Vigevani e Ramanzini Jr., 2023, p. 216). Em continuidade às pretensões do primeiro mandato, o segundo governo Trump, iniciado no ano de 2025, intensificou sua política de desestabilização da ordem multipolar, a partir da promoção de uma “guerra” comercial internacional.

A partir da máxima *Make America Great Again* (MAGA), o segundo mandato Trump impôs uma série de tarifas comerciais excessivas tanto aos países identificados como ameaças à hegemonia econômica estadunidense no cenário internacional, como no caso da China, quanto aos seus parceiros comerciais tradicionais, como foi o caso do Brasil. Neste processo, os dois exemplos citados, Brasil e China, destacaram-se pelo enfrentamento incisivo às medidas propostas por Donald Trump, demonstrando ampla capacidade de manutenção de relativos padrões de sustentabilidade econômica, ao menos em curto prazo, frente às pressões da principal economia mundial do sistema internacional capitalista contemporâneo.

Neste sentido, é pertinente reforçar que, apesar de significativo, o condicionante econômico não é plenamente determinante para a situação de dependência nas relações bilaterais do Estado brasileiro, ao menos quando se considera as margens de manobra multilaterais estratégicas possíveis para articulação brasileira na perspectiva de curto prazo. Contudo, no que tange às complexidades do cenário internacional contemporâneo, e às possibilidades de manutenção desta perspectiva da via de desenvolvimento associado

brasileira, é forçoso reconhecer que, diferentemente dos EUA e da China, que mantiveram suas respectivas posições como primeira e segunda maiores economias mundiais,¹² o Brasil vislumbrou, pelo segundo ano consecutivo, um declínio no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial (Farias, *CNN*, 2025).

Determinado fenômeno direciona à problematização de que, por um lado, a autonomia política conquistada pelo Brasil nas últimas décadas garantiu o estabelecimento de parcerias internacionais estratégicas que viabilizam a manutenção de sua sustentabilidade econômica em curto prazo, de forma dissociada à dependência exacerbada da economia estadunidense. Por outro lado, é imperativo reconhecer que permanece na realidade brasileira contemporânea a relação de dependência industrial e tecnológica com as potências industriais (com ênfase para a situação pendular entre EUA e China), situação que dificulta a implementação desta estratégia de manutenção da sustentabilidade econômica autônoma em uma perspectiva de médio e longo prazo.

A abordagem das transformações ocorridas na realidade brasileira, no decorrer das últimas décadas, e das atuais configurações assumidas pela inserção do Brasil no complexo capitalista internacional contemporâneo possibilitam problematizar tanto a vitalidade das contribuições provenientes das duas correntes marxistas da dependência, mobilizadas para esta reflexão quanto as limitações inerentes ao processo de construção do pensamento – que se desenvolve de acordo com as condições materiais de existência.

Determinada perspectiva traz como implicação a necessidade de uma leitura crítica do aparato teórico e conceitual proposto pelos autores representantes das correntes analisadas nesta pesquisa. O otimismo reformista de Fernando Henrique Cardoso, de fato, encontrou espaço para o desenvolvimento de suas proposições da dependência-associada no processo de consolidação do Brasil enquanto maior economia sul-americana e potência média na ordem multipolar. Entretanto, a exacerbada fé na capacidade de transformação, gradual e contínua, da realidade social a partir de articulações políticas da sociedade é incondizente com retrocessos sociais e democráticos que começaram a tomar forma, nas conjunturas nacional e internacional, a partir da década de 2010.

Da mesma forma, é preciso reconhecer que, apesar dos significativos avanços na qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira, ainda persistem na realidade do país profundas desigualdades socioeconômicas que não foram plenamente solucionadas pelo

¹² Enfatiza-se que a manutenção da posição no ranking não implica na inexistência do impacto econômico das tarifas para estes dois países que sofreram, e ainda sofrem, consequências da medida em suas relações comerciais internacionais e no preço interno de produtos.

processo de democratização e conscientização política da sociedade brasileira – sendo necessário, obviamente, considerar que a democracia brasileira ainda é bastante jovem para se supor a existência de uma cristalizada consciência política em sua população.

A limitação analítica decorrente do politicismo exacerbado de Cardoso encontra, assim, seu contraponto no economicismo de Ruy Mauro Marini. A identificação da relação intrínseca entre os retrocessos sociais e democráticos supracitados e o aprofundamento da crise mundial do capitalismo a partir de 2008, reforçam a vivacidade da percepção de Marini acerca da lógica estrutural do capitalismo internacional – que demonstra tendência a reprodução da relação de subordinação de países periféricos às potências industriais, em uma perspectiva de manutenção do imperialismo.

É em Marini, também, que estão presentes os elementos de contraponto que permitem problematizar e compreender as razões pelas quais, apesar do considerável desenvolvimento econômico e social conquistado pelo Brasil nas últimas décadas, o país ainda permanece majoritariamente dependente da produção de tecnologia de países externos. Contudo, da mesma forma como no caso de Fernando Henrique Cardoso, as contribuições de Marini não podem ser retomadas de forma acrítica para a interpretação anacrônica das configurações contemporâneas.

Se por um lado, a discussão apresentada preocupou-se em demonstrar o caráter dinâmico e multifacetado das transformações sociais nos parâmetros do capitalismo internacional, por outro, permitiu reforçar a concepção do pensamento enquanto produto da interpretação humana, condicionada e condicionante, da realidade material em que se constrói. Nesta perspectiva, é relevante reforçar o posicionamento assumido por Oliveira e Kvangraven (2023) quanto à necessidade da retomada de uma discussão da Economia Política Internacional a partir de contribuições provenientes da periferia do capitalismo – descolonizando o *mainstream* da área do conhecimento e permitindo uma percepção mais complexa das dimensões e dinâmicas da relação centro e periferia no capitalismo internacional.

Desta forma, distante de objetivar esgotar o debate aqui apresentado, este trabalho reforça a sua pretensão de contribuir com a renovação do esforço de reflexão sobre as vias possíveis à conciliação entre o politicismo exacerbado de Cardoso e o determinismo econômico de Marini, reconhecendo no diálogo entre estas duas correntes marxistas latino-americanas o caminho necessário para o fortalecimento de um programa de pesquisa da dependência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a mobilizar contribuições de representantes das correntes marxistas ortodoxa e uspiana da temática para problematizar elementos de dependência política e econômica que perpassam as relações internacionais do Brasil na atualidade. Deste modo, reforça-se o seu alinhamento com propostas contemporâneas de renovação dos debates latino-americanos, promovidos durante as décadas de 1960 e 1970, sobre a relações de dependência estabelecidas entre países centrais e periféricos do sistema capitalista internacional, com a perspectiva de consolidação de um programa de pesquisa da dependência (Giorgini, 2025; Kvangraven, 2021; Oliveira e Kvangraven, 2023).

Retomando a perspectiva de Vânia Bambirra (2013), buscou-se o estabelecimento de diálogo entre as contribuições de Ruy Mauro Marini (representante da corrente marxista ortodoxa da dependência) e Fernando Henrique Cardoso (representante da corrente uspiana da dependência), como forma de solucionar os problemas decorrentes da exacerbação tanto do determinismo econômico, no caso de Marini, quanto da dimensão política, no caso de Cardoso.

A interlocução estabelecida entre as duas vertentes possibilitou a problematização da via de desenvolvimento associado como uma tendência histórica, adotada pelo Estado brasileiro em decorrência das articulações das elites nacionais em prol da manutenção de parcerias com países hegemônicos da ordem econômica conjuntural. A partir deste pressuposto, defendeu-se a forma como a opção pelo desenvolvimento associado permitiu a ascensão do Brasil como uma das maiores economias mundiais, detentor de ampla capacidade de influência nas relações multilaterais contemporâneas, o que, contudo, não viabilizou uma efetiva superação da dependência do país em relação às potências industriais – com ênfase para EUA e China, no que tange à atualidade.

Apesar da continuidade dos laços de dependência econômica, é relevante reconhecer que a ampliação da autonomia política do Brasil permite o desenvolvimento de estratégias de uma política externa pendular que, em grande medida, possibilitou o enfrentamento da “guerra” comercial promovida pelo segundo governo de Donald Trump (2025-atual), não deixando de reforçar os indícios da impossibilidade de enfrentamento desta situação em uma perspectiva de médio e longo prazo, decorrentes da permanente dependência brasileira em relação à indústria e tecnologia externas.

Por fim, reforça-se que as reflexões aqui apresentadas constituem um esforço inicial de problematização sobre o tema da dependência na contemporaneidade, tendo como pretensão a inserção e a contribuição com um projeto de grande escala, de nível internacional, que vem se consolidando na forma de programa de pesquisas da nova geração de *dependentistas*.

Portanto, distante de objetivar esgotar as discussões promovidas, este artigo ambiciona incentivar a continuidade de investigações sobre a problemática, particularmente no que tange: aos diálogos possíveis entre correntes latino-americanas da dependência; à apreensão da via de desenvolvimento associado como opção histórica de inserção do Brasil no complexo capitalista internacional; às continuidades e descontinuidades da dependência dos países do Sul Global em relação aos países do Norte Global; à compreensão das especificidades de estruturação do Estado nos parâmetros da realidade periférica do sistema capitalista globalizado; entre outras.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013 [1972].

BASTOS, Pedro P. Z. As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 90, p. 1-20, 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As Três Interpretações da Dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. The consumption of dependency theory in the United States. **Latin America Research Review**, Cambridge (UK), v. 12, n. 3, p. 07-24, 1997.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 9ª Edição (revisada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1969].

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício (Orgs). **Economia e movimentos sociais na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, pp. 4-20, 2008.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário ao Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1985].

EVANS, Peter. Class, State and Dependence in East Asia: Lessons for Latin Americanists. In: HALL, John (Org). **The State: Critical Concepts in Sociology**. London: Routledge, p. 484-504, 1993.

FARIAS, Gisele. PIB: Brasil deixa lista das 10 maiores economias do mundo e cai para 11º. **CNN – Brasil, Money**. 04 de dezembro de 2025. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pib-brasil-deixa-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-11o/> (acesso em 04 de dezembro de 2025 às 21h20m).

GIORGINI, Flores. A formação transnacional da teoria da dependência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 90, p. 01-19, 2025.

GIORGINI, Flores; IUMATTI, Paulo T. “Independência ou morte!”: a teoria da dependência em debate. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 90, p. 01-09, 2025.

IASCO-PEREIRA, Hugo C.; LIBÂNIO, Gilberto. Investimentos Externos Diretos da China no Brasil: A presença de empresas chinesas na economia brasileira dos séculos XX e XXI. **Revista Brasileira de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 01-26, 2023.

JORDAAN, Eduard. The emerging middle power concept: Time to say goodbye? **South African Journal of International Affairs**, v. 24, n. 3, p. 395-412, 2017.

KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 18-36, 2022.

KATZ, Claudio. **A Teoria da Dependência: 50 Anos Depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KVANGRAVEN, Ingrid H. Beyond the Stereotype: Restating the Relevance of the Dependency Research Programme. **Development and Change**, Haia (NL), v. 52, n. 1, p. 76-112, 2021.

LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. VI 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LUCE, Mathias S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 36, p. 129-141, 2013.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos e Para a ontologia do ser social**. Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

LUKÁCS, G. **Para a ontologia do ser social**. Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.

MADARIAGA, Aldo; PALESTINI, Stefano (Orgs). **Dependent Capitalism in Contemporary Latin America and Europe**: Situations and Mechanisms of Dependency. London (UK): Palgrave MacMillan, 2021.

MAGNELLI, André; MAIA, Felipe; MARTINS, Paulo H. (Orgs). **Dependency Theories in Latin America**: an intellectual reconstruction. London (UK): Routledge, 2024.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017 [1973].

MARINI, Ruy M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000 [1971].

MARTINS, Carlos E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, p. 15-47, 2013.

OLIVEIRA, Felipe A. Lost and Found: Bourgeois Dependency Theory and the Forgotten Roots of Neo developmentalism. **Latin American Perspectives**, Riverside (USA), v. 49, n. 1, p. 36-56, 2021.

OLIVEIRA, Felipe A.; KVANGRAVEN. Ingrid H. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. **Review of International Political Economy**, London (UK), v. 30, n. 5, p. 1676-1700, 2023.

ONUKE, Janina. A retomada da integração regional à luz da liderança internacional do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 136, p. 103-112, 2023.

PACKENHAM, Robert A. **The Dependency Movement**: Scholarship and Politics in Development Studies. Cambridge (US): Harvard University Press, 1998.

RIBEIRO, Valéria L. América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3, p. 1-28, 2024.

SANTOS, Theotônio. **Teoria da dependência**: Balanços e perspectivas. VI. 1. 1ª edição, revisada e ampliada. Florianópolis: Insular Livros, 2018.

SOUZA, Angelita M. O Estado na teoria da dependência. In: MEJÍA, Juan C. A.; GRANATO, Leonardo (Orgs). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. Medellín: Ediciones UNAULA, p. 179-203, 2021.

STALLINGS, Barbara. **Dependency in the Twenty-First Century?** Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2020.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 57-79, 2011.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JR, Haroldo. **Os Desafios da Integração Regional no Sul Global**: o caso da Política Externa Brasileira para o Mercosul. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 20/12/2025

APROVADO: 23/04/2026

PUBLICADO: 28/08/2026

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Produção individual.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

